

Perfil dos egressos do Curso de Tecnologia em Agroecologia do IFRN campus Ipanguaçu/RN (2012-2016)

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.2.10045>

Allan Kedson Frutuoso da Silva¹, Rusiane da Silva Torres², Sandra Maria Campos Alves³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o percurso das turmas matriculadas entre 2012 e 2016 no curso superior de Tecnologia em Agroecologia, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *Campus Ipanguaçu*, com ênfase no percurso formativo dos discentes e nos desafios encontrados ao longo da trajetória acadêmica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em dados obtidos junto à Secretaria Acadêmica da instituição. Os resultados indicam que o grupo feminino apresenta maior representatividade no curso, destacando-se em índices de matrícula e conclusão, mas também em casos de evasão, quando comparado ao grupo masculino. O fenômeno da evasão, longe de ser um problema isolado da região ou do curso analisado, reflete uma tendência nacional influenciada por múltiplos fatores, incluindo questões socioeconômicas, pessoais e estruturais. A análise dos dados permitiu identificar padrões no perfil dos egressos, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados na formação acadêmica e possibilitando a proposição de estratégias para a melhoria do ensino e da conclusão do curso de Tecnologia em Agroecologia.

Palavras-chaves: agroecologia, egressos, ensino, trajetória acadêmica.

Profile of Graduates of the Agroecology Technology Course at IFRN Ipanguaçu/RN Campus (2012-2016)

Abstract: His study aims to analyze the progression of students enrolled between 2012 and 2016 in the higher education course in Agroecology Technology, offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte – Ipanguaçu Campus, with an emphasis on the formative journey of students and the challenges faced throughout their academic trajectory. The research adopts a qualitative and quantitative approach, of an exploratory and descriptive nature, based on data obtained from the institution's Academic Secretariat. The results indicate that the female group shows greater representation in the course, standing out in enrollment and graduation rates, but also in dropout cases, when compared to the male group. The phenomenon of dropout, far from being an isolated problem in the region or the analyzed course, reflects a national trend influenced by multiple factors, including socioeconomic, personal, and structural issues. The data analysis allowed for the identification of patterns in the profile of graduates, contributing to the understanding of the challenges faced in academic training and

¹ Egresso do curso de Tecnologia em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Ipanguaçu. E-mail: allanfrutuoso.aaf@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5915-1915>

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN), polo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. E-mail: rusianehistoria@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9898-6976>

³ Possui graduação em Engenharia Agronômica pela ESAM atual UFERSA/RN, mestrado em Fitotecnia/Agroecologia pela UFRRJ/RJ, doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e Pos Doc pela Universidade de Adelaide, Austrália. Docente do curso de Doutorado em Ensino (RENOEN). E-mail: sandra.campos@ifrn.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9343-9324>

enabling the proposal of strategies to improve teaching and the completion of the Agroecology Technology course.

Keywords: agroecology, graduates, teaching, academic trajectory.

Introdução

Na década de 1970, tiveram início várias críticas à perspectiva de formação baseada na modernização da agricultura, impulsionadas pelos impactos negativos ocorridos em áreas rurais, especialmente do ponto de vista do uso indiscriminado de agrotóxicos e do êxodo rural causado pelo aprofundamento da estrutura agrária concentradora e desigual. A esse respeito, iniciaram-se dois movimentos quase paralelos.

Por um lado, os camponeses, expulsos de suas organizações nacionais devido à ação dos militares, buscaram novas formas de articulação coletiva e encontraram nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – um campo mais progressista da Igreja Católica – uma oportunidade para a reorganização política, social e metodológica.

Por outro lado, técnicos da extensão rural, intelectuais das ciências agrárias e sociais e estudantes iniciaram um movimento de reflexão sobre o impacto da modernização e começaram a discutir tecnologias alternativas para os camponeses (Sousa, 2017). Paralelamente, tivemos impactos profundos ligados à poluição ambiental e à exclusão das classes menos favorecidas do campo, surgindo questionamentos sobre os modos de produção agrícola nas universidades, institutos de pesquisa e demais setores.

Desde 2008, somos os maiores consumidores globais de insumos químicos para a agricultura. Mas, diante de uma balança comercial enraizada por números sedutores, discutir os reveses desse modelo agrário tornou-se tabu. A eterna e robusta economia agroexportadora, baseada em bens primários de baixo valor agregado, insiste em se reafirmar – ainda que assombrada por uma crise de percepção e acompanhada de temerosas dívidas sociais e ambientais (Rigotto et al., 2014).

Na última década, o Brasil expandiu em 190% o mercado de agrotóxicos, o que colocou o país em primeiro lugar no ranking mundial de consumo desde 2008. Dez empresas controlam mais de 70% desse mercado no país (Rigotto et al., 2022). Devido à contaminação ambiental e aos resíduos de agrotóxicos nos alimentos, podemos também estimar que as populações residentes próximas a áreas de cultivo e os moradores urbanos estão significativamente expostos aos efeitos nocivos desses agentes químicos (Rigotto et al., 2014).

A crítica ao uso excessivo de agrotóxicos e seu impacto na natureza mobilizou grupos de profissionais das ciências agrárias, que constituíram uma resistência científica e acadêmica no Brasil. Paulino e Gomes (2020) mencionam que o Brasil é provavelmente o país com maior número de cursos de agroecologia, ou com enfoque agroecológico, em funcionamento na atualidade, tanto de nível médio como de nível superior. Os autores realizaram uma pesquisa sobre a cronologia da criação dos cursos superiores em agroecologia e apontaram que o maior surgimento desses cursos se deu após 2008, com a criação e expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a instituição dos Institutos Federais.

Este trabalho se propõe a realizar o levantamento de dados referentes às turmas matriculadas entre os anos de 2012 e 2016 do curso superior Tecnologia em Agroecologia, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu, enfatizando o percurso da formação discente.

Pensar os cursos de agroecologia e sua transformação socioecológica nos territórios, para além de apenas diagnósticos da realidade agrária, introdução de pacotes “verdes” e reflexões sem ações concretas, torna-se essencial. Nesse sentido, é necessária uma avaliação da trajetória do Curso de Tecnólogo em Agroecologia do IFRN – Campus Ipanguaçu e, a partir dessa análise, repensar novas diretrizes para um novo ciclo.

A importância da formação técnica em Agroecologia para a agricultura familiar

A educação formal em Agroecologia é muito recente no Brasil, considerando a longa trajetória dos cursos de Agronomia e das Ciências Agrárias no país, porém já possui territorialização nacional. O primeiro curso de nível superior em Agroecologia no Brasil foi implantado em 2005 no Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Paraná.

Para Balla et al., (2014), duas características levaram à criação do curso: a predominância de agricultores familiares na região, voltados mais para uma lógica de produção para autoconsumo e subsistência; e, por outro lado, a saída de agricultores do meio rural em direção às cidades, ocasionando, dessa forma, o adensamento urbano nos municípios do litoral do estado do Paraná. Nesse sentido, o curso teve como objetivo:

Mudar a realidade local e proporcionar melhores condições de vida à população rural, a partir da formação de profissionais aptos a atuar na agricultura familiar, agricultura camponesa, comunidades ribeirinhas, caíçaras e famílias que vivem da pesca e artesanato. Os princípios do

curso são o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores (Balla; et al., 2014, p. 5).

A agroecologia se trata de uma ciência que, por meio de seus fundamentos básicos, promove um desenvolvimento rural sustentável. É incoerente associar a agroecologia tão somente a uma forma de agricultura, como, por exemplo, a agricultura orgânica ou qualquer outra que seja isenta de insumos químicos (Paulino; Gomes, 2020).

A introdução do agroecossistema como unidade de análise trouxe o desafio de pensar uma assessoria técnica para além da mudança produtiva, exigindo a mobilização de outros conhecimentos nas áreas das ciências sociais, que, muitas vezes, os técnicos em Ciências Agrárias não possuíam. A partir desse momento, iniciou-se a busca por aprofundamentos no debate sobre a educação e a formação profissional para atuar junto à agricultura familiar camponesa (Sousa, 2017).

Atualmente, os cursos de Agroecologia, tanto de nível superior como de nível técnico, possuem um grande desafio educacional: preparar os educandos para atuarem junto aos agricultores na construção de rationalidades ecológicas a partir dos modos de produção camponeses. Para Troilo e Araújo (2020, p. 305), dentre as dificuldades encontradas dentro da área da Agroecologia estão:

O enfrentamento do latifúndio e de seu agronegócio pelos camponeses organizados em seus movimentos chega à universidade na forma de uma ciência que surge de demandas concretas de avanço de um modelo de agricultura contra hegemônico, e que por isso, necessita de uma forma educativa adequada à estas demandas. Ao ser inserida no ensino superior, a agroecologia e suas propostas formativas encontram estes mesmos enfrentamentos quando passa a estabelecer um contraponto às ciências agrárias que legitimam o modelo dominante de agricultura.

De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, cujos resultados foram divulgados em 2020, existem 5 milhões de pequenas propriedades rurais em todo o país, representando 77% dos estabelecimentos da produção agrícola. No campo, a agricultura familiar foi responsável por R\$ 131,7 bilhões (23%) dos R\$ 572,99 bilhões referentes ao Valor Bruto da Produção (VBP) brasileiro naquele ano, que corresponde à soma de tudo o que é gerado nas fazendas. Em termos de empregos, são 10 milhões de postos de trabalho, correspondendo a 67% do total da atividade agropecuária.

A construção da educação em Agroecologia e seu desenvolvimento no ensino técnico e superior, apesar de suas limitações, embates e contradições, possibilitou uma confiança maior dos movimentos camponeses na capacidade transformadora da Agroecologia, de modo que esse modelo se constitua como força motriz da transformação social no tempo recente (Triolo; Araújo, 2020).

Metodologia

Esta pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa/quali-quantitativa, também chamada de pesquisa mista. Para Creswell (2021), a distinção entre quantitativo e qualitativo nas pesquisas tem sido frequentemente reduzida à dicotomia números-palavras, o que limita uma compreensão mais ampla sobre os pressupostos epistemológicos, as estratégias e os métodos de cada uma dessas abordagens. Para o autor, “um estudo tende a ser mais qualitativo do que quantitativo ou vice-versa. A pesquisa de métodos mistos se encontra no meio deste continuum porque incorpora elementos de ambas as abordagens, qualitativa e quantitativa” (p. 3).

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, tendo como lócus central de estudo o IFRN – Campus Ipanguaçu. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) possui 23 campi: Apodi, Caicó, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Jucurutu, Lajes, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Centro Histórico, Natal-Zona Leste, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi e a Reitoria.

O Campus Ipanguaçu está localizado no Vale do Açu, que possui uma característica particular voltada a empreendimentos agrícolas, familiares e empresariais, sendo importante a formação acadêmica e profissionalizante que atenda a essa realidade. O Vale do Açu é uma microrregião do Rio Grande do Norte, localizada na mesorregião do Alto Oeste Potiguar. Caracteriza-se pela existência de solos férteis e é banhado pela bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu. Esses fatores contribuíram para que o Vale se tornasse alvo de projetos governamentais de modernização da atividade agrícola, alavancados pela Revolução Verde e suas tecnologias (Rigotto et al., 2014).

A história do IFRN – Campus Ipanguaçu remonta à antiga Fazenda-Escola Cenecista Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, criada em 1988 pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), em parceria com o Departamento

Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Em março de 1999, após um diagnóstico que constatou a falta de perspectivas de funcionamento da Fazenda-Escola, o Polo de Desenvolvimento Integrado Açu-Mossoró e a ONG DESENVALE sugeriram a transformação da escola em um Centro de Tecnologias em Agronegócios do Vale do Açu (CETANVALE), que passou a ser gerenciado pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN).

Em 2006, o CETANVALE foi contemplado pelo Ministério da Educação (MEC) com a instalação da Unidade de Ensino de Ipanguaçu, integrando a primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Situado na microrregião do Vale do Açu, cuja principal atividade econômica é a agricultura irrigada, o Campus Ipanguaçu atende a uma população de cerca de 153.711 habitantes, residentes dos municípios assuenses (estimativas do IBGE, 2018) (site oficial do IFRN).

Figura 1 – Fachada do IFRN – *Campus Ipanguaçu*



Fonte: Imagem dos autores (2024)

Nesse contexto, tivemos o surgimento de grandes empresas ligadas ao agronegócio, como a Del Monte Fresh Produce, a Itapetinga Agroindustrial e a Fiação Nordeste do Brasil S.A. (FINOBRASA), que se instalaram no município de Ipanguaçu/RN em meados da década de 1980, contribuindo para alterações significativas no modo de vida dos agricultores familiares que residiam naquela região, tais como a

propagação dos latifúndios e a exclusão desses agricultores do comércio, gerando situações desafiadoras de subsistência para as famílias.

O Campus Ipanguaçu completou, em 2024, 18 anos de existência e possui cerca de 1.200 alunos matriculados em três turnos. Dispõe de três cursos técnicos integrados distintos: Agroecologia (regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA), Informática (regular e subsequente em Manutenção e Suporte em Informática) e Meio Ambiente (regular e subsequente), além de dois cursos de graduação: Licenciatura em Química e Tecnólogo em Agroecologia, e o curso de Doutorado em Ensino (RENOEN). Conta ainda com uma fazenda-escola.

O curso de Tecnólogo em Agroecologia, objeto de pesquisa deste artigo, recebe anualmente entre 30 e 40 matrículas. Trata-se de uma implementação ainda recente, iniciada em 2012 com uma entrada de 30 alunos por ano. Tem como objetivo “formar profissionais que planejam, analisam, executam e monitoram sistemas de produção agropecuária, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural de modo integrado, atuando em propriedades rurais, cooperativas, associações, órgãos governamentais e não governamentais [...]” (IFRN, 2020).

Buscando conhecer o percurso dos egressos do curso de Agroecologia do IFRN/Ipanguaçu, realizamos, junto à Secretaria Acadêmica do Campus, um mapeamento do trajeto acadêmico dos alunos matriculados desde o ano de 2012 até 2016. A escolha desse recorte temático justifica-se por abranger as cinco primeiras turmas do curso. A análise dos dados busca conhecer informações sobre esses estudantes no que se refere à formação, evasão e possível jubilamento, categorizando-os por gênero.

Resultados e Discussão

O curso de Tecnologia em Agroecologia, na modalidade presencial, pertence ao eixo tecnológico de Recursos Naturais do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. No IFRN/Ipanguaçu, apresenta carga horária de 2.954 horas, com duração mínima de três anos e seis meses, sendo ofertado na modalidade presencial de ensino.

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, destinado a portadores do certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, poderá ser feito por meio de:

- a) processos seletivos, aberto ao público ou por convênio, para o primeiro período do curso, atendendo às exigências da Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, da Lei 13.409/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.034/2017 e das Portarias Normativas MEC nº 18/2012 e 09/2017; ou
 b) transferência ou reingresso, para período compatível, posterior ao primeiro semestre do Curso (IFRN, 2020).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o profissional egresso do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia deve ser capaz de inter-relacionar informações, ter senso crítico e ser capaz de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região, integrando formação técnica à formação cidadã. Na tabela 1 apresentamos dados acerca dos estudantes matriculados nos cinco primeiros anos de atuação do curso no *campus* de Ipanguaçu.

Tabela 1 - Apresentação do número de matrículas realizadas, estudantes formados, evadidos e jubilados categorizado pelo sexo entre os anos de 2012 a 2016.

Ano	Condição	Total	Masculino	Feminino
2012	Matrículas	40	15	25
	Formados	20	4	16
	Evadidos	20	11	9
2013	Matrículas	40	14	26
	Formados	18	8	10
	Evadidos	21	5	16
	Jubilado	1	1	0
2014	Matrículas	41	12	29
	Formados	13	4	9
	Evadidos	28	8	20
2015	Matrículas	40	9	31
	Formados	12	4	9
	Evadidos	27	5	22
2016	Matrículas	32	16	16
	Formados	15	8	7
	Evadidos	17	8	9

Evadido: não possui qualquer vínculo com a instituição.

Formado: concluiu todas as etapas do curso.

Jubilado: excedeu o tempo limite para a conclusão do curso.

Fonte: Elaboração pelos autores.

Turma de 2012

Conforme a Tabela 1, no ano de 2012 foram matriculados 40 alunos, sendo 15 do sexo masculino e 25 do sexo feminino. Concluíram todas as etapas do curso 16 alunas e 4 alunos, totalizando 20 formados nessa turma. Houve evasão de 11 alunos e 9 alunas, somando 20 não concluintes. Nesse ano, o número de matrículas de alunas foi superior ao de alunos.

Dessa forma, o aproveitamento do curso pelas mulheres da turma foi acima da média, totalizando 64%, enquanto a taxa de evasão foi de 36%. Entre os homens, apenas 27% dos matriculados conseguiram concluir o curso, enquanto a taxa de evasão chegou a 73%, considerada acima da média. Assim, a porcentagem de conclusão total do curso por parte das mulheres foi superior quando comparada à dos homens, e a porcentagem de evasão das alunas foi inferior à dos alunos.

Nesse cenário, observou-se uma tendência de redução do emprego estritamente agrícola no meio rural brasileiro no final do século XX. Devido às características anteriormente mencionadas, a agricultura já não absorve todo o contingente populacional demandante de trabalho. Com isso, é esperado que continue o deslocamento de pessoas para o meio urbano e para as áreas metropolitanas, embora em quantidades inferiores às verificadas até recentemente. Em geral, essas pessoas buscam novas oportunidades de trabalho e de vida, o que implica a continuidade de pressões adicionais sobre o mercado de trabalho urbano, resultantes dos impasses do trabalho rural (Rigotto et al., 2014).

Turma 2013

Em 2013, foram matriculados 40 alunos, sendo 14 do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Concluíram o curso 18 estudantes, dos quais 8 eram homens e 10 eram mulheres. Houve evasão de 5 alunos e 16 alunas, além de um aluno jubilado, totalizando 23 não concluintes. Observa-se, assim, a tendência de permanência do maior número de mulheres em relação aos homens na conclusão da turma, semelhante à turma anterior.

Dessa forma, 62% das alunas matriculadas não conseguiram concluir o curso, enquanto a taxa de formadas foi de 38%. Entre os homens, 57% dos matriculados conseguiram concluir o curso, com taxa de evasão de 36%. Nesse caso, diferentemente dos demais, 7% dos alunos foram jubilados.

O fato de as mulheres trabalharem mais e receberem menos que os homens, sobretudo quando possuem uma ou mais crianças, pode ser um fator crucial na decisão

de evadir do âmbito escolar. A desmotivação pode ocorrer tanto pela divisão do tempo entre as tarefas domésticas e os estudos quanto pela falta de reconhecimento profissional, decorrente unicamente do gênero.

Segundo o IBGE (2021), em 2019 o nível de ocupação das mulheres de 25 a 49 anos vivendo com crianças de até 3 anos de idade foi de 54,6%, enquanto o dos homens foi de 89,2%. Em lares sem crianças nesse grupo etário, o nível de ocupação foi de 67,2% para as mulheres e 83,4% para os homens. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019.

Quanto aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo em relação aos homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais. A proporção de trabalho em tempo parcial (até 30 horas semanais) também foi maior entre as mulheres (29,6%) do que entre os homens (15,6%).

Turma 2014

Em 2014, foram matriculados 41 estudantes, sendo 12 do sexo masculino e 29 do sexo feminino. Concluíram o curso 12 alunos, sendo 4 homens e 8 mulheres, totalizando 12 formados na turma. Houve evasão de 28 estudantes, sendo 8 homens e 20 mulheres. Neste ano, observa-se que apenas 28% das alunas matriculadas conseguiram concluir o curso, enquanto a taxa de evasão foi de 69%.

Ratusniak e Silva (2023) sugerem que existem diversos fatores que contribuem para a evasão, como trabalho, doença grave ou morte, transferência de domicílio, entre outros. Em situações nas quais é necessário dividir o tempo entre a faculdade e o trabalho, o cansaço frequentemente leva o estudante a abdicar de uma das tarefas, sendo comum optar por aquela que garante a renda necessária à sua sobrevivência. No que se refere à evasão feminina, os autores apontam que...

A atribuição social do cuidado com a família como uma tarefa das mulheres e a essencialização de que o desejo de ser mãe e o amor materno são inerentes a todas explicam o porquê não há estranhamento com a evasão de alunas ocasionada pelo cuidado com a família. Quando a aluna engravidada, ela deve priorizar a gravidez e posteriormente a criação da/o bebê. As sanções morais dirigidas a ela vão tornando a permanência na escola difícil. Especulações sobre sua conduta moral pela denúncia de uma vida sexual, o julgamento e a recriminação tornam difícil permanecer grávida na escola (Ratusniak; Silva, 2023, p. 6)

Outro fator a ser considerado, que pode contribuir para a evasão, é o próprio processo educacional. O estudante está acostumado a um método de aprendizagem

bastante diferente do adotado na universidade. O conhecimento adquirido anteriormente baseia-se, em grande parte, na memorização, o que não favorece o desenvolvimento de um espírito investigativo. Na universidade, espera-se que o aluno pesquise e produza seus próprios textos, em vez de apenas copiá-los. Dessa forma, o estudante sofre um impacto na forma como as disciplinas são ministradas, podendo, assim, perder o interesse pelo curso (Ratusniak; Silva, 2023).

Turma 2015

Conforme apresentado na tabela, em 2015, 40 estudantes foram matriculados, sendo 9 do sexo masculino e 31 do sexo feminino. Formaram-se 13, dos quais 4 homens e 9 mulheres. Vinte e sete estudantes evadiram-se, sendo 5 do sexo masculino e 22 do sexo feminino.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2010), o diploma dos cursos de graduação na modalidade tecnológica possui validade equivalente ao dos cursos de bacharelado e licenciatura, sendo reconhecido para egressos interessados em cursar especializações, mestrados, doutorados ou participar de concursos públicos. Os cursos tecnológicos apresentam-se como uma opção viável devido ao seu período de duração mais curto, quando comparado aos demais.

No entanto, mesmo com total aprovação e reconhecimento pelo MEC, o egresso tecnólogo pode ficar restrito em concursos cujo edital exija graduação de nível bacharelado e/ou licenciatura com duração mínima de quatro anos, o que ainda assim pode constituir um fator contribuinte para a evasão de alunos matriculados.

Turma 2016

Por fim, no ano de 2016, houve um total de 32 estudantes matriculados, sendo 16 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Desses, 15 concluíram o curso e 17 foram evadidos. Em razão da pandemia da Covid-19, iniciada em março de 2020, a colação de grau desta turma ocorreu fora do prazo previsto e de forma remota. Durante o período pandêmico, os alunos estavam concluindo o terceiro ano do curso e muitos, devido às dificuldades vivenciadas, não conseguiram finalizar suas atividades acadêmicas de forma exitosa.

Souza (2023) destaca que a pandemia da Covid-19 teve um impacto significativo no sistema educacional brasileiro, com o fechamento de escolas e universidades e a transição abrupta para a educação remota, afetando milhões de estudantes e resultando

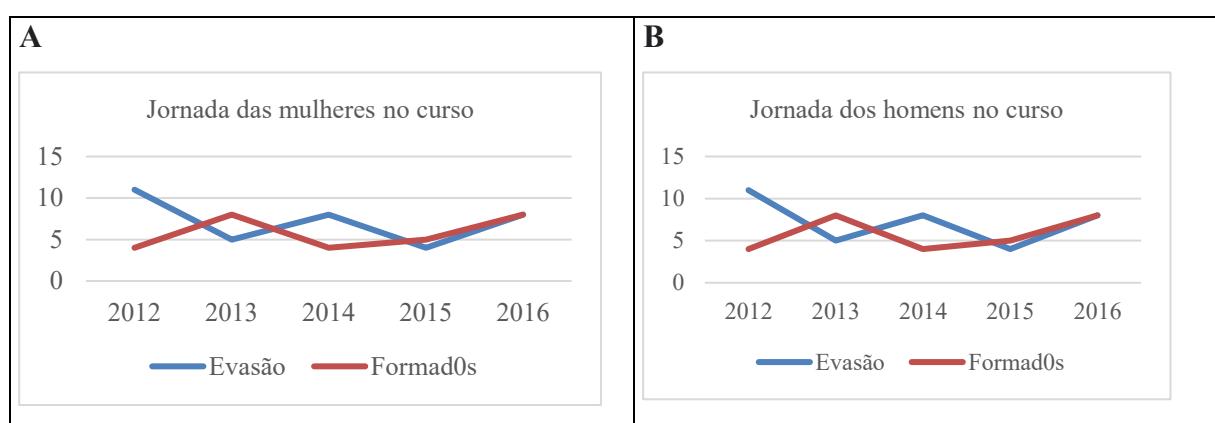
em consequências, como o aumento da evasão escolar. A autora enfatiza que o abandono ocorreu em todas as etapas de ensino, mas “à medida que as etapas escolares avançam, a taxa de abandono tende a piorar, indicando desafios crescentes para a manutenção dos alunos no sistema educacional ao longo de sua trajetória acadêmica” (p. 48).

Jornada de entrada e saída dos alunos(as) no decorrer do curso

De acordo com o Gráfico 1 (Figura A), nas turmas iniciadas entre 2012 e 2016, observa-se uma tendência gradativa de aumento no índice de evasão entre as mulheres, embora com um declínio ao final do período analisado. Já em relação ao índice de formadas, verifica-se uma tendência de declínio gradual ao longo dos anos.

No Gráfico 1 (Figura B), para o total geral dos estudantes, o índice de evasão apresenta variações relativamente equilibradas entre 2012 e 2016. Quanto ao índice de formados, nota-se uma ascensão entre 2012 e 2013, seguida de uma queda acentuada em 2014. Entre 2015 e 2016, a tendência se mantém com pouca variação, indicando uma estabilização nos resultados.

Gráfico 1. Comparativo do número de Mulheres (A) e Homens (B) entre as turmas do curso.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Cruz (2006) propôs que o público masculino apresentava maior tendência à busca de formação profissional técnica agrícola como forma de realização pessoal. Em contraste, o público feminino enfrentava maiores limitações de inserção nessa área, em grande parte devido ao cumprimento de papéis tradicionais de gênero, atuando mais como ajudantes e menos como protagonistas nas atividades agrícolas.

Em contraste com esse cenário histórico, os dados desta pesquisa indicam uma mudança significativa nos últimos anos: atualmente, no IFRN – Campus Ipanguaçu, as

mulheres apresentam participação expressiva, muitas vezes superior à dos homens. Esse avanço reflete, na prática, a promoção de ideais de igualdade social alinhados aos princípios da agroecologia, nos quais movimentos sociais e outras iniciativas proporcionam espaço de fala às minorias, possibilitando a conquista de maior protagonismo feminino no contexto acadêmico e profissional.

Considerações finais

O estudo do perfil dos egressos do Curso de Tecnologia em Agroecologia do IFRN, Campus Ipanguaçu/RN, possibilita uma análise abrangente sobre os impactos do curso na formação acadêmica, profissional e cidadã de seus estudantes. Os dados coletados evidenciam as características socioculturais, expectativas e desafios enfrentados pelos alunos ao longo de sua trajetória acadêmica.

A relevância do curso de agroecologia se manifesta na contribuição para o desenvolvimento regional, alinhada aos princípios da sustentabilidade. Esse papel se consolida não apenas na formação técnica, mas também na promoção de uma consciência crítica sobre os problemas socioambientais e econômicos da região do Vale do Açu.

Com base nos dados analisados, verificou-se maior participação e desempenho do grupo feminino em relação ao masculino, tanto nos índices de matrícula quanto nas taxas de conclusão. Tal constatação reforça a importância de compreender as dinâmicas de gênero no contexto educacional e suas implicações para o ensino em áreas técnicas.

O fenômeno da evasão é generalizado em todo o país, mas suas causas não são uniformes. A diversidade de fatores exige atenção especial a cada contexto regional, já que, embora o trabalho seja o motivo predominante, outras particularidades influenciam a decisão dos estudantes.

Por fim, este artigo enfatiza a importância de ações contínuas de acompanhamento e avaliação do curso, considerando o perfil dos alunos e a trajetória dos egressos. Essas análises fornecem subsídios para ajustes pedagógicos e estratégicos, fortalecendo o papel do IFRN na formação de profissionais éticos e tecnicamente capacitados, aptos a promover sistemas produtivos sustentáveis e contribuir para a transformação social da região.

Referências

BALLA, João Vitor Quintas; MASSUKADO, Luciana Miyoko; PIMENTEL, Vania Costa. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 3-14, 2014.

CRESWELL, John. **Design de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021

CRUZ, Fernando. **Género, psicología y desarrollo rural:** la construcción de nuevas identidades para las mujeres en el medio rural. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2006. (Serie Estudios).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 de nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: resultados finais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 02. Dez. 2024

NSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Projeto pedagógico do curso de Agroecologia. 2020. **Curso de Agroecologia**, Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://www.ifrn.edu.br>. Acesso em: 03 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Agroecologia.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 1, jan./abr. 2020.

RIGOTTO, Raquel Maria; VASCONCELOS, Dayse Paixão; ROCHA, Mayara Melo. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1-3, 2014.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. Vozes e fazeres do semiárido: convites à descolonização do campo científico, rumo a outras práxis. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe2, p. 277-292, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E219>. Acesso em: 2 dez. 2024.

RATUSNIAK, Carla; SILVA, Célia Cluber da. Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e243705, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-243705>. Acesso em: 2 dez. 2024.

SOUSA, Raimunda Pereira de. “Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil.” **Cienc. Cult.** vol.69, n.2, São Paulo, abr./jun., 2017.

SOUZA, Marília Albuquerque Milfort. Evasão escolar na pandemia da covid-19: evidências para o Brasil. **A Economia em Revista - AERE**, v. 31, n. 3, 30 set. 2023.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, p. 294-321, set./dez. 2020.

Submissão: 07/12/2024. **Aprovação:** 18/08/2025. **Publicação:** 29/08/2025.